



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2020 – DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DE  
CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2020**

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte, às 10h00, reuniram-se vereadores e servidores para a demonstração e avaliação das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2020. Esteve presente a Vereadora Tatiana Nogueira, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento - CFO, que nomeou o Vereador Ben Hur como relator e solicitou que fizesse a leitura do edital da audiência pública 02/2020. Também estiveram presentes o Vereador Aparecido Ramos, membro da CFO, o Coordenador Financeiro da Câmara Municipal Otoniel de Souza Rocha, o Diretor da Secretaria Municipal de Finanças Fabrício de Melo, o vereador Fabio Alceu, a vereadora Amanda Nassar, a vereadora Lucia de Lima e o vereador Cabrini. A audiência não foi aberta ao público devido à COVID-19, somente participação *online*. O vereador Ben Hur iniciou a audiência com a leitura do edital. Em seguida a Vereadora Tatiana Nogueira passou a palavra para o chefe financeiro da Câmara Municipal, Otoniel de Souza Rocha, o qual apresentou brevemente os dados das contas do poder legislativo. Após, a vereadora Tatiana passou a palavra para o diretor financeiro Fabrício Gomes de Melo para iniciar a apresentação das contas do Poder Executivo Municipal. Após a apresentação dos dados, a vereadora Tatiana questionou acerca do anexo das metas fiscais, no tocante à dívida pública, o motivo de ser fixada a dívida pública bruta no anexo de metas da LDO em 28 milhões sendo que em 2019 o município tinha uma dívida de aproximadamente 112 milhões, como vai ser reduzida a dívida atual de 103 milhões até o final do ano para se cumprir essa meta fixada na LDO. Em resposta, o diretor disse que a dívida de 103 milhões se refere a tudo que o município tem contratado, mas isso não significa que esse valor deve ser pago no exercício, então o valor de 103 milhões não é o valor da dívida a ser paga no ano de 2020. Disse que estabelecem-se metas para serem cumpridas dentro do ano, fixa-se o valor necessário para pagamento dentro do exercício e também são fixados os percentuais de dívida pública, e que inclusive o índice de endividamento do município é bem baixo. A vereadora Tatiana, então, perguntou qual era tal índice. O diretor disse que há três índices diferentes que são comparados e que as dívidas do município estão bem folgadas em relação ao limite daqueles. Explicou que quando se fala em dívida consolidada é referente a tudo que o município tem a pagar, não apenas empréstimos, que é o valor de 103 milhões no caso do município de Araucária. Prosseguiu dizendo que o município tem hoje uma dívida líquida negativa, ou seja, há mais valores a receber do que a pagar. Após, a vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Tatiana questionou em relação à receita, que se seguir o patamar do ano passado vai ser de quase 19 milhões até o final desse ano. O diretor explicou que é o valor que o município arrecada no quadrimestre, e que no cenário atual seria difícil de prever, mas poderia se dizer que sim. A vereadora questionou acerca de quanto o município terá que arcar com as despesas nos próximos anos (custo, empréstimo e financiamento), inclusive com os juros. O diretor respondeu que não tem esses valores no momento, mas que estão planilhados e ele pode enviá-los. A vereadora então falou sobre a análise da evolução mensal da receita corrente líquida; em 2019 verificou-se que o nível de arrecadação da receita corrente se divide mais ou menos proporcionalmente entre os quadrimestres, ou seja, a cada quatro meses são arrecadados próximo a um terço da arrecadação anual, exceto no último quadrimestre, quando esse valor se eleva um pouco. Também se observou que em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado houve um leve incremento na arrecadação dessas receitas correntes, em torno de 3,6%. Então a vereadora perguntou, conforme estudos no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças que demonstram comportamento da receita diferente do que se verificou no ano passado para os próximos dois quadrimestres desse ano e se há risco de que a arrecadação chegue a não comportar o cumprimento das metas fiscais até o final do ano. Em resposta, o diretor disse que o cenário quando da elaboração do orçamento era extremamente favorável e que hoje o município trabalha com vários outros cenários e saber qual deles vai se realizar vai depender da intensidade da crise econômica, a qual será o resultado de quanto tempo a pandemia vai durar e de quais vão ser as medidas necessárias para conter o seu avanço. Ele prosseguiu dizendo que nesse momento nem o município, nem o estado e nem o país estão com o foco na economia, todas as medidas estão sendo tomadas no sentido de salvar vidas. Disse que houve uma grande queda na arrecadação principalmente no mês de maio; por exemplo a arrecadação de ICMS no mês citado totalizou 26 milhões, ao passo que o valor normal gira em torno de 45 milhões/mês. Entretanto, trabalha-se com a possibilidade de algum nível de recuperação. Prosseguiu dizendo que no tocante às metas, estas serão afetadas dependendo da intensidade da crise, mas hoje o cenário ainda é favorável. A vereadora Tatiana seguiu com os questionamentos e perguntou em relação à despesa com pessoal, a qual caiu um pouco, mas ainda não está dentro do limite. Ela questionou o que a prefeitura pretende fazer em relação a isso, principalmente nesse ano eleitoral. O diretor respondeu que as medidas a serem tomadas vão depender da intensidade da crise, e que principalmente por conta da pandemia há uma margem de ação limitada no que se refere à reversão de trajetória. Prosseguiu explicando que se falarmos em uma crise econômica que acarrete numa queda de arrecadação muito grave, nenhuma medida do poder executivo será suficiente para reverter o índice. Após, a vereadora Tatiana solicitou ao diretor para



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

explicar o que é receita primária e no que ela se diferencia da receita total. O diretor explicou que a diferença entre a primária e a nominal são os juros, remuneração. A vereadora prosseguiu indagando se o diretor acredita que o comportamento da receita liquidada se mantenha neste patamar para os próximos quadrimestres. Este retornou a pergunta dizendo que também depende da intensidade da crise; uma crise maior vai demandar maior investimento em saúde, significando um aumento de despesa. Assim como a área da educação também é influenciada pela crise, pois não se sabe por quanto tempo as escolas vão ficar fechadas. Seguiu dizendo que hoje em termos de evolução de despesas nós temos um cenário de incertezas. O diretor prosseguiu explanando que geralmente o valor de despesas liquidadas aumenta no último quadrimestre, principalmente por conta do décimo terceiro salário, e que essa tendência se mantém. Disse que o município tem um segundo quadrimestre com uma queda no montante de liquidações e um terceiro quadrimestre com aumento, isso é trajetória geral. A vereadora Tatiana então perguntou o que é resultado primário, qual a importância do cumprimento desta meta e por que ela foi fixada na LDO com um déficit primário total tão alto para 2020. O diretor explicou que quando o município elabora a LDO, trabalha-se com vários cenários. Primeiro, em termos do que é resultado primário, são consideradas todas as receitas e despesas descontando juros, sejam juros que são recebidos, sejam juros pagos; no resultado nominal considera-se tudo. O município considera os últimos cinco anos quando é elaborada a LDO e o fluxo de caixa se tornou muito positivo desde os últimos quatro anos. Como no passado isso não era realidade acaba contaminando a projeção, entretanto imagina-se que para o próximo ano a distorção entre o previsto e o realizado não ocorra mais. A vereadora ainda questionou se a dívida líquida pode chegar a 20% acima da RCL quando se trata de operação de crédito. O diretor esclareceu que é em relação à dívida como um todo, ou seja, a dívida consolidada e não apenas a operação de crédito. Em seguida, a vereadora Tatiana abriu espaço para questionamentos dos demais vereadores. O vereador Ben Hur fez uso da palavra para perguntar no tocante aos limites legais constitucionais, o que seriam os demais haveres financeiros. O diretor, por sua vez, explicou que são os valores que o município tem a receber. Em seguida, o vereador Aparecido Ramos fez uso da palavra para questionar sobre os impactos na arrecadação em decorrência da pandemia. O diretor respondeu que o município teve impacto nas arrecadações próprias; primeiramente no IPTU, houve prorrogação do prazo para pagamento com vencimento para 10/08/2020, ou seja, o município receberá o valor mais tarde do que o de costume; em relação ao ISS foi prorrogado o pagamento para o final do ano, também gerando queda na arrecadação; em termos de repasse, que é o mais preocupante, já houve uma grande queda na arrecadação no mês de maio, o ICMS teve arrecadação de 26 milhões quando normalmente seria em torno de 45 milhões e



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

todos os outros repasses tiveram uma queda similar. O vereador Aparecido também questionou sobre os profissionais da saúde, se o Poder Executivo está preparado para o cenário pós pandemia, com pessoas precisando de psicólogos e médicos. O diretor responde que a saúde é prioridade para a administração, se for necessária a contratação de novos profissionais, na parte de finanças o Poder Executivo fará tudo que estiver ao seu alcance. A vereadora Tatiana então questionou em relação a um Projeto de Lei de operação de crédito de 120 milhões de reais para ser utilizado na próxima gestão, se é o momento de a Câmara fazer liberação desse crédito. O diretor respondeu que deve sim, primeiro porque é somente uma autorização e a previsão não é de que esses 120 milhões sejam executados de uma só vez. Explicou que qualquer operação de crédito para ser contratada tem como primeiro passo a aprovação do Legislativo, e a contratação ocorrerá depois, de acordo com a necessidade, com o cenário e com o planejamento. Disse que embora ele tenha dito que a saúde é prioridade máxima, a população continua precisando de outros serviços e demandando que o poder público atue. Prosseguiu dizendo que em meio a essa crise o município não deve esperar uma recuperação econômica ainda no ano de 2021, acredita que teremos um ano de 2021 economicamente ainda muito difícil. Também mencionou que acredita que em 2021 a pandemia já vai diminuído o problema para a sociedade, mas o poder público ainda vai ter que atuar, pois a economia ainda vai estar tentando se recuperar do cenário pós pandemia. A operação de crédito facilita nesse sentido, pois possibilita ao poder público ainda investir, manter qualidade da cidade para a população sem comprometer a arrecadação própria do município a curto prazo, além de ser investimento para algo duradouro para a população. Seguiu afirmando que a operação de crédito é muito saudável, se fosse fazer um paralelo com a nossa economia ela seria semelhante ao financiamento de uma casa própria. A vereadora Tatiana questionou sobre os 18 milhões que o governo federal deveria repassar para a saúde. O diretor respondeu que havia sido sancionado no dia anterior e que seria dividido em quatro parcelas, e que a até a presente data não havia chegado. E que na verdade são 16 milhões, sendo 14 milhões para a Prefeitura de forma livre e 2 milhões dedicados exclusivamente para a área da saúde. A vereadora então questionou se a Prefeitura já tinha um planejamento para esses 14 milhões, e o diretor respondeu que por enquanto essa quantia seria para suprir a queda na arrecadação. Então a vereadora Tatiana passou a palavra para os demais vereadores fazerem perguntas. O vereador Ben Hur então questionou se por conta da pandemia o município ainda tem recursos para arcar com o funcionalismo público para os meses futuros, já que o diretor mencionou que o município se encontrava em uma situação confortável. O diretor então respondeu que quando falou em situação confortável se referia ao município ter soluções para os problemas apresentados; há sim uma queda na arrecadação e o município passará por



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

um grave problema financeiro, mas há medidas para enfrentar esses problemas, e que no atual cenário o pagamento do funcionalismo público ainda está garantido. A vereadora Tatiana então questionou quais as medidas o município já estava tomando para amenizar a queda na arrecadação, e o diretor respondeu que todos os projetos não essenciais estão parados. Disse que, a nível de gestão, o município está sendo mais criterioso em relação aos gastos e que é uma medida constante, não podendo se apontar um projeto específico. Então o vereador Fabio Alceu fez o uso da palavra para falar sobre o cenário diante da pandemia, com expectativa bastante negativa pelo menos pelos próximos dois, três meses. Questionou sobre o valor da dívida de 103 milhões, que é referente a contratos já firmados, mas que as licitações que serão finalizadas gerarão novos contratos, o que deve aumentar o valor assim que os processos licitatórios forem finalizados. O diretor confirmou a informação. Ainda em relação à dívida, o vereador Fabio Alceu questionou sobre o índice de gasto com pessoal estar acima de 54,28%, se isso impediria novas contratações no atual cenário emergencial, mesmo de processos licitatórios já iniciados. O diretor respondeu que isso não tem impacto nas contratações já realizadas e autorizadas, mas talvez para novas contratações possa haver impacto, ou seja, pode haver impedimentos somente para processos licitatórios ainda não iniciados. O vereador Fabio Alceu falou sobre o crédito de 120 milhões, o qual a vereadora Tatiana Nogueira tinha feito um questionamento, disse que analisando o cenário da forma que está, ninguém está falando que é contrário, pois os investimentos devem continuar acontecendo, mas se o cenário ficar ainda mais crítico com a queda de arrecadação, a única forma de investimento é através das operações de crédito. Seguiu dizendo que tem que analisar a questão dos pagamentos para ver se não vai comprometer as outras áreas, porque o recurso da operação de crédito não quer dizer que você vai ter um dinheiro específico para aquele pagamento, você tira do caixa geral, dinheiro que vai para a saúde, para a educação, para obras, para esporte, para cultura, então o valor sai do montante geral. O diretor esclareceu que a diferença é que o município faz uma obra em dois anos, um ano e meio, às vezes menos tempo, e o pagamento é feito ao longo de vários anos, depende de cada contrato, então o investimento imediato é maior que o pagamento imediato, o pagamento é diluído ao longo dos anos. Então o vereador Fabio Alceu questionou se os 103 milhões são só de dívida ou se os juros e correções monetárias já estão incluídos. O diretor respondeu que o município trabalha apenas com os valores presentes. O vereador Fabio Alceu complementou dizendo que terão os acréscimos no valor final e o diretor concordou. O vereador Fabio Alceu disse que pegou pela SEFA os valores de arrecadação dos últimos meses, valores brutos do ICMS, em janeiro de 2020 tem 48 milhões e janeiro de 2019, 43 milhões. Em fevereiro, 45 milhões em 2020 e 33 milhões em 2019. Em março, 46 milhões em 2020 e 41 milhões em 2019. Em abril, em



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

decorrência da pandemia, 36 milhões em 2020 e 50 milhões em 2019. E o mês de maio, 26 milhões em 2020 e 40 milhões em 2019. Só nesses últimos dois meses, como reflexo da pandemia, o município tem 28 milhões brutos a menos em caixa. De acordo com a prestação de contas da Secretaria Municipal da Saúde realizada no dia anterior, pretende-se gastar mais 12 milhões nessa área, sendo 9 milhões só com folha de pagamento. Tendo essa queda, em maio já vai entrar com 14 milhões a menos para o próximo quadrimestre, possivelmente o IFPM vai dar continuidade, vai se manter constante como no ano passo, então o pior é o ICMS, com menor receita, e mais o gasto com saúde, com esse cenário é bem provável que extrapole bastante o índice de 54,28%. O vereador, então, questionou se isso acontecer, se haverá alguma restrição para o município, por estar nesse cenário emergencial, e questionou também sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, se ela é considerada nesse contexto. O diretor esclareceu que de acordo com a LRF, quando o limite está extrapolado, impede-se que se execute novas contratações, por um lado. Continua explicando que por outro lado, o município não pode deixar de atender uma situação urgente, emergente, não prevista, o que significa que não vai se deixar de contratar profissionais da área da saúde. Prosseguiu dizendo que numa situação comum a resposta simples seria não contratar, mas nessa situação atual as contratações serão efetuadas. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, em situações atípicas como a atual, deve ser decretado estado de calamidade e haverá regras diferentes a serem cumpridas e o limite com pessoal deixa de ser um problema. O vereador Fabio Alceu indagou o diretor se poderia haver essa extrapolação sem haver sanções. O diretor respondeu que não se foge da responsabilidade, apenas prioriza-se aquilo que é necessário ser atendido no momento, então se a necessidade for a saúde, o município vai atender. Prosseguiu dizendo que vai depender na verdade do cenário, a queda na arrecadação dos meses de maio principalmente já está dada, abril já teve um início de queda, junho provavelmente também tenha queda, então o próximo quadrimestre será provavelmente muito difícil, mesmo estando só no seu primeiro mês. Disse que a previsão do estado hoje é que, quando possível, a recuperação inicial se dê muito rápido, ainda mais rápida do que a própria queda. Prosseguiu dizendo que é a previsão do estado, não sabe se de fato ela vai se concretizar, nem quando, ou se o município vai continuar em trajetória de queda, portanto trabalha-se com dois cenários. O vereador Fabio Alceu prosseguiu com sua penúltima pergunta, disse que não sabe se há um comitê ou algo assim que analise as medidas a serem adotadas caso no próximo quadrimestre não seja decretada calamidade e o índice extrapole 55%, caso isso ocorra se há estudo sendo feito para análise de demissões, de exonerações, retirada de gratificações; se há algum cálculo nesse sentido, de quanto isso representaria, quais os valores gastos com comissionados, com gratificações, ou seja, parte que não façam parte do salário bruto



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

do servidor. O diretor respondeu que sim, que inclusive é matéria de constante discussão sobre como lidar com cada cenário. Disse que a ideia não é penalizar o funcionário, mas tudo vai depender da intensidade da crise, e que medidas serão tomadas antes que seja necessário penalizá-lo. Após, o vereador fez sua última pergunta sobre o índice extrapolado, que estava acima de 54,40%, se poderia haver demissão e contratação de comissionados mesmo com o índice superior a 54%. O diretor respondeu que sim, pois de acordo com a LRF não se enquadram em despesas continuadas, são despesas que podem cessar a qualquer momento. A seguir, a vereadora Tatiana abriu espaço para mais perguntas. A vereadora Amanda Nassar então fez uso da palavra, questionando acerca da sociedade garantidora de crédito, se já veio a prestação de contas referente a ela. O diretor respondeu que não estava na apresentação e que não se lembra dos dados. A vereadora questionou sobre a queda do ISS, 32%, em meados de março para abril. O diretor esclareceu que na verdade o vencimento do ISS foi prorrogado. A vereadora então perguntou se essa queda se justifica pela prorrogação e pela queda no comércio, e o diretor disse que sim. O diretor também esclareceu que houve uma grande redução no número de emissão de notas fiscais emitidas no mesmo período, uma queda entre 30% e 40% a partir do mês de abril; embora a arrecadação por nota tenha aumentado, como se as pessoas estivessem tomando mais serviços para se preparar para a crise, o principal fator foi mesmo a prorrogação. Reiterou que nesse quadrimestre a queda se deve à prorrogação, mas ainda não estamos sentindo os efeitos diretos na paralisação da economia nesse quadrimestre, não no ISS, disse que sabe que há um volume muito grande de empresas buscando o crédito em algum nível. A vereadora questionou, então, se há previsão da secretaria de finanças de ampliação desse crédito. O diretor respondeu que o município ainda tem muito crédito disponível. A vereadora disse que o município tem o valor de cerca de cem mil da CODAR, que foi investido. O diretor disse que o município não empresta esse valor diretamente, ele serve como uma garantia para um empréstimo e boa parte dele ainda estava disponível. Disse que o município tem utilização desse nível de garantia bem baixo, então não se faz necessária essa ampliação, pois não há demanda. A vereadora Amanda então questionou se dentro desses empréstimos destinados aos empreendedores locais havia inadimplência, e o diretor respondeu que não. A vereadora perguntou acerca da prestação de contas da secretaria municipal da saúde, como seria a destinação de valores que foram enviados para o município, como do Ministério Público, Câmara e outros recursos que vieram do governo federal e estadual, esses recursos deveriam somar em média de 20 milhões de reais. O diretor respondeu que dos 16 milhões do governo federal, 2 milhões são destinados exclusivamente para a saúde e 14 milhões para o município, fonte livre. Seguiu explicando os valores menores somados a esse daria um valor próximo de 20



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

milhões de reais sim. A vereadora, então, indagou quanto à utilização desse dinheiro, já que o município não contava com esse valor anteriormente. O diretor explicou que na verdade os 2 milhões de reais para a saúde e os 14 milhões de reais para o município vem para compensar a queda na arrecadação, que essa é a ideia inicial desse recurso, é um substitutivo para a compensação do ICMS, a ideia inicial era igualar a arrecadação de ICMS desse ano com a do ano de 2019 e ele foi substituído por um valor fixo. Seguiu explicando que a ideia tanto da criação quanto da utilização do recurso dele hoje é que os 2 milhões sejam destinados à saúde, ao passo que os 14 milhões sejam destinados a compensar a queda na arrecadação. A vereadora indagou o diretor se ele acha que no próximo quadrimestre provavelmente o município tenha uma arrecadação maior de ICMS. O diretor respondeu que não acredita, e acha que o próximo quadrimestre será o mais difícil deles. A vereadora Amanda continuou com os questionamentos, indagando sobre os índices, especificamente de gasto com pessoal, de 54,49% do quadrimestre passado para 54,28% no presente quadrimestre, houve redução de 0,21%, se essa diferença foi por conta do aumento de arrecadação. O diretor respondeu que sim, que houve aumento na arrecadação e estabilidade na folha, em janeiro já se sabia desse fato e algumas medidas foram tomadas. A vereadora perguntou sobre o congelamento das progressões, e o diretor respondeu que é obrigatório por lei. Explicou que há uma discussão jurídica, pois a lei fala que é necessária a avaliação do índice para a implantação das progressões por titulação e qualificação, e por outro lado já há discussões judiciais no sentido oposto. Disse que hoje não se pode implementar progressões por titulação e qualificação por conta do índice. A vereadora então questionou sobre os municípios que estiverem em calamidade pública não podem fazer o reajuste da remuneração do servidor público, tem que respeitar o congelamento, se Araucária entra nesse critério. O diretor esclarece que Araucária não está em estado de calamidade pública, e que se falando em aumento de funcionalismo, o município não tem margem para isso por conta das incertezas. A vereadora questionou se a inflação entra, e o diretor respondeu que não. A vereadora questionou sobre os 16 milhões de reais, se eles estariam sujeitos a esse congelamento por conta de estado de calamidade. O diretor respondeu que tem algumas dúvidas em relação a esse assunto, as quais já foram encaminhadas ao setor jurídico, mas o posicionamento da secretaria de finanças quanto à reposição salarial, embora a inflação desse último período seja baixa, é uma questão muito mais financeira do que técnica. Prosseguiu dizendo que o momento exige cautela, o servidor tem direito, ele merece, mas, por outro lado, a decisão pode ser leviana em se conceder a reposição em um cenário de incerteza, portanto o posicionamento é contrário, inclusive a reposição inflacionária nesse momento, por conta da crise. A vereadora perguntou se ficaria congelado, e o diretor respondeu sim. Explicou que essa



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

seria a medida necessária, mas esse cenário pode mudar se houver melhora. Prosseguiu dizendo que um cenário positivo hoje seria uma queda de 1%, 2% na arrecadação até o final de 2020. O ICMS caiu de 45 milhões de maio do ano passado para 26 milhões nesse ano, então estamos falando de uma queda muito acentuada, quantos meses o município poderia ter igual a esse de 26 milhões. A vereadora complementou questionando se esse valor de 16 milhões de reais vem em um mês só, e o diretor esclareceu que esse valor será parcelado em quatro vezes. A vereadora disse que então esse valor ajudaria com um mês, mas que não se sabe quantos meses ocorrerá a queda. O diretor disse que mais de um mês com toda certeza, para um junho ou um julho melhor, nós já teríamos que ter uma economia muito claramente se desenhando para a recuperação, mas ainda ele espera recessão por mais um mês, pelo menos. A vereadora prosseguiu os questionamentos dizendo que muitos municípios já encaminharam para a Assembleia Legislativa o decreto para declarar calamidade pública, ao passo que Araucária tem o decreto de emergência na área da saúde, então a que ponto município deve chegar para decretar calamidade pública? Porque incidem as questões da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o nosso município tem as questões de concursos em aberto, educação, pessoal da saúde que é prioridade, então vai chegar uma hora em que o município precise tomar essa medida? O diretor respondeu que acredita que haverá a necessidade de se decretar calamidade pública, porém é uma decisão que não cabe somente à secretaria de finanças, mas à prefeitura como um todo, por se tratar de uma decisão multidisciplinar. A vereadora perguntou se há suspensão de serviços não essenciais quando da decretação de calamidade pública. O diretor respondeu que quando isso ocorre o município todo se volta para resolver aquela situação de calamidade, então os outros serviços não essenciais podem ser suspensos ou reduzidos, dependendo do cenário. O vereador Aparecido Ramos, então, faz uso da palavra para questionar acerca das licitações já marcadas, se elas vão acontecer ou se vão ser canceladas. O diretor respondeu que todas as licitações previstas serão mantidas. Então o cidadão Pércles Alves Pinto fez uso da palavra para questionar sobre quantos cenários foram previstos pela secretaria municipal de finanças e quais os parâmetros foram utilizados, especificamente quanto à folha de pagamento e no pior cenário qual é a porcentagem relativa à despesa da folha de pagamento. Em resposta, o diretor disse que não tem o número da folha de pagamento de pessoal; o município está trabalhando com dois principais cenários, um mais otimista e outro mais pessimista; o otimista com queda na arrecadação talvez na casa de 2% em relação ao ano passado, a arrecadação total, e no cenário pessimista esse valor podendo chegar na casa dos 5%, 6%, em relação ao ano passado, acredita que não cai muito mais do que isso, pelo menos é o que o estado tem apontado. Prosseguiu dizendo que nesse cenário, se a pandemia durar mais do que dois meses,



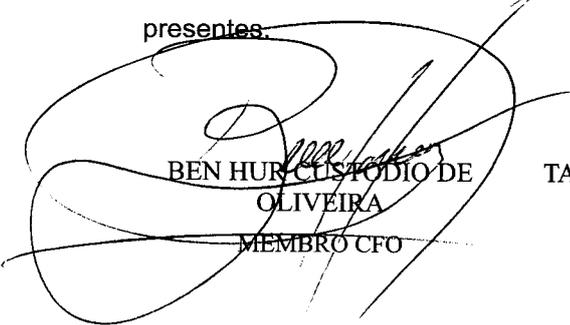
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

com *lockdown*, com redução grande no nível de atividade econômica, esse percentual vai aumentar. Explicou que a grande dificuldade deles é determinar um índice, por exemplo os profissionais da saúde, é muito difícil determinar quantos profissionais dessa área o município vai conseguir contratar. Todas as últimas tentativas de contratação do pessoal da saúde ocorreram em um número menor do que o solicitado, pois não houve candidatos suficientes, não houve nomeações na quantidade necessária, nem mesmo face à vontade e toda a ação do poder público. Um dos fatores é que os dados são muito imprecisos e o valor da folha, os números fáceis são números que o município já tem, quantas contratações são necessárias, mas não se sabe quantas vão se efetivar e em que mês vão se efetivar, então o número estaria sendo inflado; esses cálculos já foram feitos várias vezes e a prévia por conta dessas dificuldades principalmente na saúde ficou muito inflada em relação ao real. Prosseguiu dizendo que há uma direção do índice, e é uma direção de alta em um cenário de crise, então fala-se de um cenário de gasto com pessoal que tende a aumentar, mas a intensidade com a qual vai aumentar vai depender de muitos fatores. Disse que, entretanto, isso é um dos cenários, não é o único e não é o que de fato vai se concretizar. Péricles questionou o diretor se ele não tinha um número para informar, e o diretor respondeu que não, que por exemplo poderia ter um gasto de pessoal entre 53 e 55%, mas isso seria muito vago. Péricles discordou e perguntou quanto perdemos de arrecadação nesses meses de abril e maio. A vereadora Tatiana interrompeu Péricles por uma questão de ordem, pois estava sendo questionada por ser uma audiência não aberta ao público devido à COVID-19, devendo a participação dos cidadãos ser apenas *online*. O diretor pediu para terminar a resposta apenas para esclarecer que o município não trabalha com uma projeção linear a qual vai se repetir, pois há um nível de atividade econômica um pouco maior do que havia há duas semanas atrás, portanto estamos falando de uma leve melhora, porém não vai mudar a trajetória de crise para o ano, não se está falando em recuperação econômica, só que o fundo do poço não está tão fundo, já se está prevendo uma melhora na arrecadação para os próximos meses. Disse que não vai prever linearmente que haverá uma queda de arrecadação de 20% ao final do ano, pois não é sustentável, não é viável, não vai acontecer. Prosseguiu dizendo que se houvesse um limite para crise, poderia afirmar que com certeza não haveria somado no ano uma queda de 30%, como se teve queda na arrecadação de ICMS; acredita-se que será um quadrimestre difícil, mas que virá seguido de uma recuperação. Então a vereadora Tatiana abriu espaço para as perguntas online. O servidor Emerson então fez a leitura de pergunta enviada através do Facebook pelo cidadão Jonathan Melo, se o investimento ou empréstimo de 120 milhões não iriam comprometer a gestão 2021, já que é um valor bem significativo, bem alto, se o município terá condições de pagar baseado no histórico, como nós estamos vivendo, a



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

questão da pandemia, queda na arrecadação, se a prefeitura teria condições de pagar esse empréstimo de 120 milhões de reais. O diretor respondeu que acerca dos 120 milhões, não há previsão de execução apenas no ano de 2021, mas sim ao longo de cerca de três anos, e o município teria condições de pagar considerando-se uma melhora na economia. O município não pode contratar operações de crédito livremente, há uma avaliação de crédito rigorosa, ou seja, se não houver capacidade de pagamento, mesmo com lei autorizativa, não há contratação. A vereadora Tatiana então agradeceu aos servidores Otoniel, Osvaldo e Emanoele pela ajuda à comissão de finanças e orçamento e informou que a próxima audiência será em setembro referente ao segundo quadrimestre de 2020, comentou que teremos números bem diferentes dos que foram vistos na presente audiência. Nada mais foi tratado e/ou discutido, a audiência foi encerrada e a presente ata segue assinada pelos vereadores presentes.

  
BEN HUR CUSTÓDIO DE  
OLIVEIRA  
MEMBRO CFO

  
TATIANA NOGUEIRA

PRESIDENTE CFO

  
APARECIDO RAMOS

MEMBRO CFO